



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Educação Financeira e consumo: as abordagens para a Educação Básica nos documentos oficiais

Financial education and consumption: approaches to basic education in official documents

Walter Bubiak Junior

Mestre em Educação

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Rio Grande do Sul – Brasil

walterbubiak@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2420-832X>

Luci dos Santos Bernardi

Doutora em Educação Científica e Tecnológica

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Rio Grande do Sul – Brasil

lucisantosbernardi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6744-9142>

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que objetivou analisar como os documentos oficiais orientadores e normativos da educação básica nacional abordam a Educação Financeira e Consumo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, através de pesquisa bibliográfica e documental, os dados empíricos foram coletados a partir da redação das legislações nacional vigente que deliberam sobre a educação básica. O tratamento e análise dos dados coletados realizou-se a partir da perspectiva descritiva e interpretativa de acordo com os pensamentos de Létourneau (2011). A partir da análise, é possível inferir que a Educação Financeira e Consumo são temas progressivamente incorporados aos documentos orientadores e normativos da educação básica no Brasil: A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) busca promover uma sociedade mais informada e consciente em relação às finanças pessoais e ao consumo; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) integra esses tópicos como parte das competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da formação dos estudantes, destacando sua importância para a formação de cidadãos críticos e conscientes; e o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT) valoriza a formação integral dos alunos, incluindo a educação financeira e o consumo consciente como ferramentas para promover autonomia, responsabilidade e cidadania ativa. A construção dessa proposta possibilitou refletir sobre o sentido e a necessidade da implementação das normas legais da educação em perspectiva crítica,

considerando sua função na formação de sujeitos conscientes e capazes de refletir sobre suas práticas pessoais e sociais.

Palavras-Chave: Educação Financeira; consumo; documentos oficiais; Educação Básica.

Abstract

This article presents the results of a study that aimed to analyze how the official guiding and normative documents of national basic education address Financial Education and Consumption. This is a qualitative descriptive study, through bibliographic and documentary research; the empirical data were collected from the text of the current national legislation that deliberates on basic education. The treatment and analysis of the collected data was carried out from the descriptive and interpretative perspective in accordance with the thoughts of Létourneau (2011). From the analysis, it is possible to infer that Financial Education and Consumption are themes progressively incorporated into the guiding and normative documents of basic education in Brazil: The National Strategy for Financial Education (ENEF) seeks to promote a more informed and conscious society in relation to personal finances and consumption; the National Common Curricular Base (BNCC) integrates these topics as part of the general competencies to be developed throughout the education of students, highlighting their importance for the formation of critical and conscious citizens; and the Curricular Reference Document for Mato Grosso (DRC-MT) values the comprehensive education of students, including financial education and conscious consumption as tools to promote autonomy, responsibility and active citizenship. The construction of this proposal made it possible to reflect on the meaning and need for the implementation of legal standards of education from a critical perspective, considering their role in the formation of conscious individuals capable of reflecting on their personal and social practices.

Keywords: Financial Education; consumption; official documents; Basic Education.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse e discussão sobre os temas de educação financeira e consumo responsável no Brasil, destacando-se tanto nas políticas públicas quanto na agenda educacional do país. Essa mudança reflete uma crescente preocupação com a formação integral dos indivíduos, capacitando-os para tomar decisões financeiras mais conscientes e sustentáveis.

Ao analisar os dados da pesquisa “Mapa da Inadimplência Serasa 2023”, que faz um monitoramento do endividamento dos brasileiros, observou que mais de 71 milhões de brasileiros se encontravam endividados no ano de 2023. Essa informação reforça o sentido e a necessidade de trabalhar a Educação Financeira com os estudantes de diferentes idades, como um dos instrumentos para combater o endividamento e promover

a qualidade de vida, pois oportuniza novos olhares para o planejamento de suas despesas e de suas famílias, tanto no presente quanto no futuro, uma vez que o seu envolvimento em uma aprendizagem efetiva promove a construção de um conhecimento que é levado consigo para o resto da vida.

Para além de um equilíbrio financeiro individual, concordamos com Bernardi e Cecco (2021), é possível mobilizar uma educação Financeira que

[...] oportunize aos estudantes empoderamento para contribuir na proposição de um pensamento crítico e reflexivo, com fundamentos sociais e éticos, essenciais para uma boa relação com o dinheiro, prezando pela qualidade de vida e pelo desenvolvimento da sociedade como um todo. Significa compreender as relações das decisões financeiras com o capitalismo, com o consumismo e o consumo, bem como tencionar as relações com a sociedade, questões ambientais, salariais, econômicas, políticas, de classes sociais e desigualdades. (p. 44)

A Educação Financeira é uma competência essencial no contexto contemporâneo, pois a alfabetização financeira é necessária para todos os sujeitos, desde crianças. Por outro lado, o consumo não pode ser considerado apenas como um ato econômico, mas como uma construção social, permeada por valores e significados. De forma específica, esta pesquisa olha para a escola e seus estudantes, considerando os desafios que enfrentam ao lidar com a pressão do consumo exacerbado e como a educação pode ser uma ferramenta crítica para desenvolver uma atitude mais reflexiva e responsável em relação a ele.

Acredita-se que a escola é o lugar ideal para que esse tipo de formação aconteça, uma vez que é um ambiente formativo, um espaço de possibilidades para constituir cidadãos críticos, criativos e solidários, capazes de resolver situações cotidianas e complexas, para agir e transformar, de forma consciente, a nossa sociedade (Gomes e Bernardi, 2022).

Diante desse contexto, para refletir acerca dos processos educativos desenvolvidos na escola, coloca-se como destaque o papel das normativas que orientam o ensino em escala nacional e estadual, que definem o planejamento e o desenvolvimento de atividades que compõem o cotidiano das escolas, refletindo sobre o que preconizam sobre o tema.

Este manuscrito objetiva apresentar resultados de uma pesquisa¹ que analisou como os documentos oficiais orientadores e normativos da educação básica nacional abordam a Educação Financeira e Consumo.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, através de estudo bibliográfico e documental, os dados empíricos foram coletados a partir das legislações nacional vigente que deliberam sobre a educação básica. O tratamento e análise dos dados coletados realizou-se a partir da perspectiva descritiva e interpretativa de acordo com os pensamentos de Létourneau (2011).

É importante destacar que nosso foco está na busca pela problematização das relações que são possíveis estabelecer a partir da análise dos documentos normativos da educação básica a nível federal e estadual (MT), em relação a temática da pesquisa.

Explorar essas questões de pesquisa pode fornecer insights valiosos sobre o estado atual da educação financeira no Brasil e, ainda, orientar iniciativas para melhorar sua implementação e impacto nas escolas brasileiras

CAMINHO METODOLÓGICO

O trabalho envolveu uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, procurando explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas, constituído principalmente de livros, artigos científicos, dissertações e teses, e busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre o tema (Gil, 2002).

Ao tratar da pesquisa documental, esta foi realizada a partir dos documentos oficiais que tratam da Educação financeira e Consumo no que tange ao processo educacional da educação básica, bem como outros documentos que podem ser essenciais para o desenvolvimento da temática em questão. O *corpus* de investigação do trabalho, a materialidade empírica, foi constituída a partir de documentos “de primeira mão”, orientadores e normativos educacionais a nível federal e estadual.

Delimitou-se como campo de investigação os documentos normativos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da Educação Básica, a nível federal e estadual (MT).

¹ Dissertação desenvolvida pelo Autor 1 e orientada pelo Autor 2 (Autor 1, 2024).

Neste artigo destacamos as relações da Educação Financeira e Consumo com três dos documentos orientadores², como segue:

- i) Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (Brasil, 2010).
- ii) Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018).
- iii) Documento de Referência Curricular do Mato Grosso – DRC/MT (Mato Grosso, 2018a, 2018b).

Diante dos documentos selecionados, a pergunta inicial é: que atitude deve adotar o pesquisador? O que fazer para investigar essa fonte e conseguir dela o máximo de informações? Como deve conduzir o trabalho de interpretação do testemunho escrito? (Létourneau, 2011).

Para a análise dos dados, sucedeu-se um estudo dos documentos, com leitura e buscadores de termos chave. Inspirados em Létourneau (2011), para o comentário propriamente dito de cada documento, organizado em quatro etapas principais: a) Primeira etapa: contextualização do documento em relação à indagação intelectual da pesquisa, ao seu campo temático e sua esfera de investigação. b) Segunda etapa: determinação do contexto histórico e da origem do documento, informar sobre as condições que envolveram sua produção e compreendê-lo em relação à conjuntura na qual ele se insere. c) Terceira etapa: reconstituição do esquema e análise do documento, trazendo as principais partes do texto, suas sutilezas e particularidades. d) Quarta etapa: Avaliação final, apresentando elementos de respostas acerca da indagação proposta.

A análise dos dados inspirada em Létourneau (2011) é uma abordagem sistemática que assegura que cada etapa do processo contribua para uma compreensão mais aprofundada e precisa dos dados. A sua utilização é fundamental para a produção de conhecimento confiável, capaz de informar decisões, políticas e práticas em diversos campos de atuação.

Dessa forma, a seguir, expomos as quatro etapas para cada documento analisado.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF)

² O *corpus* da pesquisa incorporava ainda os seguintes documentos: Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96); Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental I e II (PCNS); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs) e Plano Nacional de Educação (PNE de 2014).

a. Contextualização

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (Brasil, 2010) é uma iniciativa brasileira destinada a promover a educação financeira e o consumo consciente em todo o país. A ENEF foi instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, e representa um esforço coordenado para melhorar a compreensão e a gestão financeira dos brasileiros.

A ENEF envolve a colaboração de diversos órgãos governamentais, instituições financeiras, entidades educacionais e organizações da sociedade civil. A promoção da educação financeira é uma tarefa complexa que requer a participação de diferentes setores para ser eficaz e abrangente. Ela abrange uma variedade de ações e programas destinados a diferentes públicos, incluindo estudantes, trabalhadores, aposentados e microempreendedores. Diferentes grupos sociais têm necessidades e desafios financeiros específicos, e uma abordagem ampla garante que a educação financeira atenda a essas diversas necessidades.

O Brasil enfrenta diversos desafios econômicos e sociais, incluindo desigualdade de renda e falta de acesso a serviços financeiros para parte da população. A educação financeira pode contribuir para a redução das desigualdades sociais, proporcionando a todos melhores oportunidades de planejamento e segurança financeira. Uma população bem-educada financeiramente contribui para a estabilidade e sustentabilidade econômica do país, promovendo comportamentos financeiros responsáveis. A sustentabilidade econômica a longo prazo depende de cidadãos capazes de gerenciar suas finanças de maneira eficaz e consciente.

A ENEF foi criada para abordar desafios significativos relacionados à alfabetização financeira e à gestão financeira pessoal no Brasil. Suas características de coordenação multissetorial, abordagem ampla, integração curricular, desenvolvimento de recursos educacionais e campanhas de conscientização refletem um esforço abrangente para capacitar os brasileiros a tomar decisões financeiras informadas. Os motivos por trás da criação da ENEF incluem a necessidade de melhorar a alfabetização financeira, reduzir o endividamento, promover a inclusão financeira, enfrentar desafios econômicos e sociais e garantir a sustentabilidade econômica do país.

b. Contexto histórico

A ENEF foi instituída no Brasil em 2010, através do Decreto nº 7.397, com o objetivo de promover a educação financeira e o consumo consciente entre os brasileiros. Para entender o contexto histórico que levou à criação da ENEF, é importante considerar alguns pontos:

- **Cenário Econômico Internacional e Nacional:** nos anos que antecederam a criação da ENEF, o mundo enfrentou uma crise financeira global severa a partir de 2008. Essa crise teve impactos significativos na economia brasileira, destacando a importância de uma gestão financeira responsável tanto em nível macroeconômico quanto para os indivíduos e famílias.
- **Democratização do Crédito:** durante a década de 2000, houve uma expansão significativa do acesso ao crédito no Brasil, com políticas que facilitaram o financiamento para consumo e habitação. Isso aumentou a necessidade de educar a população sobre como usar esses recursos de maneira prudente e evitar o superendividamento.
- **Desafios Sociais e Econômicos:** o Brasil é um país marcado por desigualdades socioeconômicas significativas. A educação financeira foi vista como uma ferramenta essencial para capacitar os indivíduos a gerenciar suas finanças de forma eficaz, contribuindo para a inclusão financeira e o combate à pobreza.
- **Legislação e Políticas Públicas:** a criação da ENEF foi parte de um esforço mais amplo do governo brasileiro para fortalecer a educação financeira como política pública. Além do Decreto que instituiu a ENEF, houve uma mobilização para desenvolver estratégias educacionais, campanhas de conscientização e parcerias com instituições financeiras e sociedade civil.
- **Aprendizados Internacionais:** a experiência de outros países que já haviam implementado programas de educação financeira também influenciou a decisão de criar a ENEF. Países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido já haviam desenvolvido iniciativas similares, evidenciando os benefícios de uma população bem-informada financeiramente.

A criação da ENEF no Brasil, em 2010, ocorreu em um contexto de crises econômicas globais, expansão do crédito interno, desafios socioeconômicos e um movimento internacional em prol da educação financeira. Representa um esforço coordenado para promover a literacia financeira e o consumo consciente no país, visando

melhorar não apenas a gestão financeira individual, mas também contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável e a redução das desigualdades sociais.

c. Reconstituição e análise do documento

No Brasil, a educação financeira começou a ganhar espaço como política de Estado quando instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010. Desde então, ações acerca da temática são compartilhadas, de forma integrada, por órgãos e entidades públicas e da sociedade privada, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

De acordo com o plano diretor, o documento apresenta dados e orientações de como proceder a conscientização da educação financeira e consumo a partir de pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional e internacional. Para os organizadores do documento o consumo é apresentado como algo que se encontra ligado a fatores subjetivos, tais como autoestima e status (Brasil, 2010), e está interligado com a Educação Financeira a fim de que as barreiras relacionadas a vida financeira dos brasileiros sejam melhoradas.

Estratégia Nacional de Educação Financeira promove a inclusão de conteúdos de educação financeira nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio. Integrar a educação financeira no currículo escolar desde cedo ajuda a formar hábitos financeiros saudáveis e uma compreensão sólida de finanças pessoais. A estratégia inclui a criação e distribuição de materiais didáticos, cursos de capacitação para professores e recursos online para disseminação de conhecimento financeiro. Realiza campanhas públicas para aumentar a conscientização sobre a importância da educação financeira e promover práticas de consumo consciente. A conscientização pública é crucial para mudar comportamentos e atitudes em relação ao gerenciamento financeiro e ao consumo.

Estudos e pesquisas demonstraram que muitos brasileiros têm um conhecimento limitado sobre finanças pessoais, o que pode levar a decisões financeiras inadequadas. Melhorar a alfabetização financeira é primordial para que as pessoas possam tomar decisões informadas sobre poupança, investimento, crédito e consumo. O crescimento do crédito e do consumo no Brasil tem sido acompanhado por um aumento nos níveis de endividamento e inadimplência das famílias. A educação financeira pode ajudar as pessoas a gerenciar melhor suas finanças, evitando o endividamento excessivo e as dificuldades associadas.

A ENEF visa aumentar a inclusão financeira, capacitando mais pessoas a utilizar serviços financeiros de forma consciente e responsável. A inclusão financeira é um componente importante para o desenvolvimento econômico e social, permitindo que mais pessoas participem plenamente da economia.

d. Avaliação final

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) inclui a promoção da educação financeira e do consumo consciente como pilares fundamentais de suas diretrizes e objetivos. Criada em 2010, foi estabelecida com o propósito específico de desenvolver e disseminar a educação financeira em diferentes segmentos da sociedade brasileira, abrangendo desde escolas até comunidades e empresas.

A ENEF prevê a integração da educação financeira nos currículos escolares, tanto no ensino fundamental quanto no médio, visando capacitar os alunos desde cedo para tomar decisões financeiramente responsáveis ao longo da vida. Além da educação formal, a iniciativa promove campanhas de conscientização e programas de educação financeira informais, que alcançam a população em geral através de eventos, workshops, palestras e materiais educativos.

A estratégia envolve parcerias entre o governo, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e academia para desenvolver e implementar programas eficazes de educação financeira. Essas parcerias são essenciais para ampliar o alcance das iniciativas educacionais e adaptar os conteúdos às necessidades específicas de diferentes públicos.

A ENEF não apenas reconhece a importância da educação financeira e do consumo consciente, mas também promove ativamente esses temas como parte integrante de suas ações e políticas públicas. O objetivo é capacitar os brasileiros para tomarem decisões financeiras mais informadas e responsáveis, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país, de forma a aumentar a inclusão financeira da população brasileira, facilitando o acesso a serviços financeiros adequados e seguros.

Nesse sentido, é importante ressaltar que este programa é considerado a primeira ação governamental voltado para o ensino da Educação Financeira, porém, tem ainda um

alcance tímido considerando que são raros os eventos da iniciativa privada – bancos, cooperativas de créditos e outras instituições financeiras – para atuar nesse quesito.

Quanto ao atendimento da educação formal, observa-se que há a necessidade de fomentar as propostas do programa junto aos sistemas estaduais e municipais de ensino, uma vez que a inserção dos conteúdos no currículo das escolas depende das secretarias municipais e estaduais de ensino. Acreditamos que a instituição da ENEF aumenta a importância da Educação Financeira e Consumo nas escolas, considerando a complexidade presente em todo processo educacional, no entanto sinalizamos para a importância de que os educadores tenham um olhar cuidadoso diante das propostas que aparecem, para que a abordagem destes temas nas escolas não seja utilizada como uma estratégia de marketing na divulgação de produtos.

Por outro lado, reiteramos a importância deste debate nos currículos escolares a partir dos primeiros anos da educação infantil, pois para além de agregar conhecimentos, oportuniza ao estudante nova postura para encarar os desafios de viver em uma sociedade capitalista como a nossa, assim, desenvolvem um consumo preocupado com as questões sociais e políticas emergentes e fundamentalmente, como alteridade e ética.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

a. Contextualização

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com a resolução do documento, essa norma “aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)”, sendo esta regulada pelos “princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)” (Brasil, 2017, p. 7).

Outro ponto que merece destaque para a criação da Base Nacional Comum Curricular é que

desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol) (Brasil, 2017, p. 13).

A BNCC é proposta como uma referência comum para todos os currículos das escolas de Educação Básica no Brasil, garantindo que todos os alunos, independentemente de onde estudem, tenham acesso a um conjunto mínimo de conhecimentos e habilidades. É estruturada de forma a garantir uma progressão contínua e articulada entre as diferentes etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, permitindo um desenvolvimento integral e gradual dos alunos.

Ao implementar essa abordagem, a BNCC:

[...] indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2017, p.13).

Embora a BNCC defina o que deve ser aprendido, ela permite que estados, municípios e escolas adaptem seus currículos de acordo com as especificidades locais e as necessidades dos estudantes, promovendo a flexibilidade curricular. Enfatiza o desenvolvimento de competências e habilidades, além do acúmulo de conteúdos, preparando os alunos para enfrentar os desafios do século XXI, como pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração e cidadania global.

Base Nacional Comum Curricular considera a diversidade cultural, social e regional do Brasil, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças, com atenção especial para a educação de populações historicamente marginalizadas. Um dos principais motivos preconizados para a implementação da BNCC é promover a equidade educacional, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de

qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

BNCC coloca como um de seus objetivos elevar a qualidade da educação no Brasil ao estabelecer padrões claros de aprendizagem e competências que devem ser desenvolvidas por todos os alunos, o que pode melhorar os indicadores educacionais do país. Defende que assim facilita a integração e a coerência curricular entre as diferentes etapas da Educação Básica, evita lacunas e sobreposições de conteúdos, e promove um percurso educacional mais harmonioso para os alunos.

A implementação da BNCC está alinhada com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que preveem a definição de diretrizes curriculares nacionais. Com uma base comum, a BNCC facilita a mobilidade dos estudantes entre diferentes escolas e regiões, garantindo continuidade no processo de ensino-aprendizagem.

b. Contexto histórico

A história da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) envolve um processo complexo que abrange diversas etapas desde sua concepção até sua implementação.

Em 2010 houve discussão sobre a criação de uma Base Nacional Comum Curricular que começou a ganhar força. A ideia era estabelecer diretrizes nacionais que garantissem uma formação básica comum a todos os estudantes brasileiros. No ano de 2014 o Ministério da Educação (MEC) iniciou os trabalhos para a elaboração da BNCC. Este foi um período de consultas públicas e debates com diversos setores da sociedade, incluindo educadores, especialistas, gestores educacionais e estudantes. Já em 2015 o documento preliminar da BNCC foi apresentado para consulta pública, recebendo contribuições e sugestões de ajustes por parte da comunidade educacional e da sociedade em geral. Em 2016, após análise das contribuições recebidas durante o período de consulta pública, foram realizadas revisões no documento preliminar da BNCC. O texto passou por novas rodadas de discussão e ajustes. No ano 2017, em 6 de abril, o Conselho Nacional de Educação (CNE) homologou a BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em 20 de dezembro é homologada a BNCC para o Ensino Médio, completando assim o documento para todas as etapas da Educação Básica. De 2018 em diante inicia-se o processo de implementação da BNCC nas escolas de todo o Brasil.

Estados e municípios tem prazos para adaptar seus currículos locais de acordo com as diretrizes estabelecidas na BNCC.

O Brasil, assim como diversos outros países, passou a observar e comparar seus sistemas educacionais com os de nações que apresentavam melhores resultados em avaliações internacionais, como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Essa análise contribuiu para a identificação de lacunas e áreas de melhoria no sistema educacional brasileiro.

A elaboração da BNCC envolveu um processo de consultas públicas, debates e contribuições de especialistas, educadores, gestores, estudantes e sociedade civil. Foram realizadas diversas audiências públicas e consultas online para garantir que a base curricular refletisse as necessidades e realidades do contexto educacional brasileiro.

Apesar de difundir essa metodologia na elaboração, uma das principais críticas acerca da BNCC está na moderada participação da comunidade escolar e na intensa participação de grupos empresariais.

A BNCC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017, estabelecendo as competências e habilidades que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Desde então, tem sido implementada gradualmente nas escolas públicas e privadas do país, com prazos específicos para adaptação e revisão dos currículos escolares.

Após a aprovação, a implementação da BNCC enfrenta ainda desafios como a adaptação dos currículos já existentes, a formação de professores para a nova abordagem curricular e a garantia da equidade no acesso à educação de qualidade. A avaliação contínua e os ajustes necessários têm sido parte do processo para sua efetivação.

c. Reconstituição e análise do documento

Em continuidade às análises dos documentos legais da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada em 2017 e exigida na rede de ensino em a partir de 2018, definiu o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, referente a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Brasil, 2018).

Nesse documento a questão da Educação Financeira e Consumo são contempladas em “habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas,

de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada” (Brasil, 2017, p. 20), a partir desse exceto pode-se inferir o estudo das temáticas a partir do que está proposto nos PCNs como em projetos a partir da realidade do aluno.

Esses temas são expressos desde a educação infantil até a prática cotidiana no componente curricular de Língua Portuguesa, voltado para a leitura de textos que remetem ao uso das finanças e consumos. No Ensino Fundamental anos Finais o consumo é analisado a partir das práticas de estudo de textos do gênero jornalístico e midiáticos, ou seja, é analisado a partir das possibilidades de persuasão dos gêneros textuais que fazem parte da divulgação midiática (Brasil, 2017).

No que tange ao componente curricular Matemática, os estudos da Educação Financeira e Consumo estão interligados de forma que os alunos tenham acesso aos conhecimentos básicos, onde podem discutir assuntos

como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (Brasil, 2017, p. 269).

De acordo com o documento, no Ensino Fundamental anos iniciais, as habilidades que podem ser trabalhadas sobre a temática em estudo, devem partir da elaboração e resolução de problemas que envolvam situação de compra e venda, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável. Além disso, o uso de cálculos de diferentes porcentagens a fim de possa usar de experiências do dia a dia em contextos da Educação Financeira entre outros (Brasil, 2017).

Para o ensino médio, as questões de Educação Financeira e Consumo também estão relacionadas aos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Em Língua Portuguesa, o estudo sobre consumo está proposto na terceira competência específica no qual o jovem deve:

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global (Brasil, 2017, p. 490).

Nesse sentido, é possível perceber que o documento de referência propõe uma formação aos jovens de modo que estes percebam as situações propostas de modo crítico, independente do local que se encontrem, essa competência tem como objetivo “a

construção da autonomia dos estudantes nas práticas de compreensão/recepção e de produção (individual ou coletiva) em diferentes linguagens” (Brasil, 2017, p. 493).

Outro ponto referenciado em relação ao consumo é o campo jornalístico midiático no qual trata-se de fornecer ao aluno subsídios para que este possa “compreender as formas de persuasão do discurso publicitário e o apelo ao consumo, incluindo discussões sobre as formas contemporâneas de publicidade utilizadas nas várias mídias e ambientes digitais” (Brasil, 2017, p. 519).

Nesse sentido, a Educação Financeira tem sido um tema discutido em documentos oficiais, sendo instituída no Brasil em 2010 a partir da Estratégia Nacional Educação Financeira (ENEF) e implementada no sistema educacional com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017. Nesses documentos, o tema proposto é tratado como um contexto a ser abordado na sala de aula da escola básica. Dentre as suas proposições, tais documentos recomendam que esse tema pode contribuir para o desenvolvimento de duas áreas de conhecimento, a saber: a da Matemática e a da Língua Portuguesa. Sendo assim, a Educação Financeira é vista como uma importante temática, com possibilidades de discutir e estudar conhecimentos relativos ao mundo das finanças, da linguagem e da Matemática, em especial, da Matemática Financeira.

d. Avaliação final

A educação financeira e o consumo são temas mencionados de forma direta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relacionados aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente nas habilidades previstas para o Ensino Fundamental e Médio.

Embora a BNCC não dedique seções específicas a esses temas, eles podem ser abordados de maneira transversal em diferentes disciplinas. A BNCC enfatiza a importância de uma formação integral que prepare os estudantes não apenas para o domínio de conhecimentos específicos, mas também para a vida em sociedade, incluindo aspectos como ética, cidadania e sustentabilidade.

Assim, a educação financeira pode ser trabalhada, por exemplo, em atividades que envolvam o estudo de matemática aplicada ao orçamento pessoal, compreensão de economia doméstica, discussões sobre consumo consciente e sustentável, entre outros. Essa abordagem permite que os alunos desenvolvam competências relacionadas à gestão

financeira e ao consumo responsável, aspectos essenciais para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Embora não sejam um tema central na BNCC, a educação financeira e o consumo têm espaço para serem trabalhados de maneira contextualizada e integrada ao currículo escolar, promovendo uma educação mais abrangente e alinhada às necessidades contemporâneas dos estudantes brasileiros.

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO (DRC/MT)

a. Contextualização

O Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – DRC/MT (2018a) é um guia elaborado pelo governo estadual de Mato Grosso, Brasil, que estabelece as diretrizes e orientações para o currículo escolar nas escolas públicas e, em alguns casos, privadas do estado. Esse documento visa fornecer uma estrutura curricular consistente e alinhada com as necessidades educacionais locais, abordando desde a educação infantil até o ensino médio.

O documento foi desenvolvido com base nas diretrizes nacionais, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adaptadas para atender às especificidades e realidades locais de Mato Grosso. O Documento de Referência Curricular inclui informações sobre os objetivos de aprendizagem, competências a serem desenvolvidas pelos alunos, organização dos conteúdos por disciplina e etapa escolar, além de orientações metodológicas e estratégias de avaliação.

De acordo com o documento, a elaboração do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, “no que diz respeito às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental tomou como ponto de partida a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” além disso, busca “o fortalecimento do processo de regime de colaboração entre estados e municípios, legitimado pelo pacto interfederativo, que promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), nos termos da Lei nº 13.005/2014” (Mato Grosso, 2018a, p. 4). Dessa forma, o documento tem amparo legal nas seguintes legislações nacionais:

- a Constituição Federal de 1988, Art. 210, que já apresentava “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum para o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que aborda a necessidade de uma base curricular comum nacional;
- os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no período de 1997 e 2000, precedidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, entre 2010 e 2012;
- assim como, o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece e implanta, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum dos Currículos (Mato Grosso, 2018a, p. 4).

Esse documento é fundamental para garantir a qualidade e a uniformidade do ensino oferecido nas escolas do estado, promovendo uma educação que considere tanto os aspectos regionais quanto os nacionais, preparando os estudantes para os desafios do século XXI.

Nesta direção, a orientação busca promover “a construção intencional de processos educativos que oportunizam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”. Nesse sentido, é necessário considerar “as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir, no sentido de que cabe à Educação Básica a formação e o desenvolvimento humano global dos estudantes” (Mato Grosso, 2018b, p. 5), ainda mais por se tratar da extensão que é o estado de Mato Grosso.

b. Contexto histórico

Em Mato Grosso, o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – DRC/MT, é um documento publicado em 2018a, alinhado à BNCC, cujo objetivo é orientar as Propostas Pedagógicas, Políticas Educacionais e demais projetos educativos no Estado de Mato Grosso (Mato Grosso, 2018a). Este documento regulamentador da Educação estadual está dividido em orientações para a Educação Básica, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais.

De acordo com Mato Grosso (2018b, p. 7), a “produção do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso referencia-se na BNCC e no documento que orienta o currículo na rede de ensino estadual”. Como exemplo podemos usar as Orientações Curriculares de Mato Grosso publicadas em 2012, cuja análise possibilitou conhecer os pressupostos da BNCC e avançar no sentido de “poder inserir a diversidade regional e os contextos locais” (Brasil, 2018a, p. 7).

Esse movimento possibilitou a adequação das proposições da BNCC à realidade local, como também ao contexto e às características dos estudantes, uma vez que “resultam do envolvimento e participação dos diversos atores envolvidos no processo, entre eles o sistema de ensino, as diversas redes, os professores, as famílias e a comunidade” (Mato Grosso, 2018a, p. 6).

c. Reconstituição e análise do documento

O DRCMT anos iniciais, traz o estudo da Educação Financeira na Unidade Temática “Números”, tendo como objeto de conhecimento “cálculo de porcentagens e representação fracionária”, no qual os alunos do 5º ano deverão associar o cálculo de porcentagens, “utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros” (Mato Grosso, 2018a, p. 20).

Para os anos finais o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – DRCMT, traz o estudo da Educação financeira na unidade temática “Números”, no objeto de conhecimento “cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples, no qual o aluno tem que desenvolver essa habilidade a partir da resolução e elaboração de problemas “que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros” (Mato Grosso, 2018a, p. 212).

Para alunos de 6º ano, esta unidade temática apresenta o estudo da Educação Financeira no objeto de conhecimento “cálculo de porcentagens por meio de estratégias diversas, sem fazer uso da regra de três”, no qual as crianças devem desenvolver a habilidade de elaborar e resolver problemas que “envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros (Mato Grosso, 2018a, p. 214).

Nessa mesma unidade temática, a educação Financeira é posta para ser pensada no objeto de conhecimento “porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos”, no qual os alunos devem adquirir como habilidade a elaboração e a resolução de problemas que “envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o

uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira” (Mato Grosso, 2018b, p. 219), isso voltado para turmas de 8º e 9º anos.

O DRC-MT enfatiza a importância de ensinar os alunos a consumir de maneira responsável tanto nos anos iniciais quanto nos finais, considerando não apenas o aspecto econômico, mas também os impactos sociais e ambientais. O objetivo é que os estudantes sejam capazes de fazer escolhas informadas, levando em conta os efeitos de suas ações no meio ambiente e na sociedade (Mato Grosso, 2018a).

d. Avaliação final

Ao analisar os documentos de referências de Mato Grosso, observa-se que o tema educação financeira é recomendado, e seu desenvolvimento pode ajudar a desenvolver nos estudantes habilidades para gerenciar recursos financeiros de maneira ética e sustentável. O documento promove a ideia de consumo sustentável, incentivando práticas que minimizem o desperdício e contribuam para a preservação do meio ambiente. Esses temas são abordados em diferentes disciplinas e etapas da educação básica, com atividades e projetos que estimulam a reflexão crítica sobre o papel do consumo na vida cotidiana e seu impacto no mundo.

Vale ressaltar que a partir de 2020, a secretaria de estado de educação de Mato Grosso passou a adotar a Educação financeira como parte de sua grade curricular como forma de trazer à prática as questões propostas pela BNCC. Em um primeiro momento, essa proposta tem sido trabalhada em projetos pilotos desenvolvidos por algumas escolas e algumas turmas das diversas Diretorias Regionais de Educação.

A partir do segundo semestre do ano de 2024, a secretaria passou a ofertar em toda a rede de ensino como projeto obrigatório à todas as turmas de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais e 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da educação financeira e do consumo responsável nos documentos oficiais da educação representa um passo fundamental para o fortalecimento da cidadania e para a promoção de práticas mais conscientes e sustentáveis. Ao integrar esses temas nos currículos escolares e nas políticas públicas educacionais, proporcionamos aos estudantes as ferramentas necessárias para gerir suas finanças pessoais de forma prudente

e para fazer escolhas de consumo que considerem não apenas o impacto imediato, mas também as consequências a longo prazo para o meio ambiente e para a sociedade.

A presença da educação financeira e consumo nas escolas contribui para a construção de uma cultura de responsabilidade e sustentabilidade. Ao formar alunos que compreendem a importância de decisões financeiras e de consumo informadas e éticas, esses profissionais ajudam a construir uma geração de cidadãos mais responsáveis, capazes de contribuir positivamente para a sociedade e para o meio ambiente.

No entanto, é importante reconhecer os desafios enfrentados na implementação dessas iniciativas, como a capacitação adequada dos educadores, a atualização constante dos conteúdos e a adaptação às realidades locais e culturais. Superar esses desafios requer um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, sociedade civil e setor privado.

A importância de profissionais qualificados para ensinar educação financeira e consumo nas escolas é inegável. Esses educadores desempenham um papel crucial na formação de indivíduos conscientes e preparados para enfrentar os desafios econômicos e sociais do mundo contemporâneo. Profissionais capacitados possuem o conhecimento necessário para abordar de maneira eficaz os conceitos complexos de finanças pessoais e consumo responsável, mobilizando o aluno a compreender e aplicar esses conceitos em seu cotidiano.

Assim, investir na educação financeira e no estímulo ao consumo responsável contribui para fortalecer a economia e reduzir desigualdades, é um investimento no futuro de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, na qual cada cidadão pode contribuir positivamente para o bem comum.

REFERÊNCIAS

BUBIAK JUNIOR, Walter. **Educação financeira e consumo: as abordagens para a educação básica nos documentos oficiais**. 2024. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Frederico Westphalen, 2024.

BERNARDI, Luci S.; CECCO, Bruna. Educação financeira e projetos de vida: tecendo formas para o ser humano sobreviver e transcender. In: MOLL, Jaqueline; BERNARDI, Luci S. (Org.). **Cidades educadoras: novos olhares para o desenvolvimento humano escola e para além dela**. Frederico Westphalen RS: Editora URI, 2021, v. 1, p. 34-53.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acessado em 10 junho de 2024.

BRASIL. **Implementado a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Plano Diretor 2010. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em 15 de maio de 2024.

BRASIL. **Planejando a próxima década**. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso 05/06/2024.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Josiane M.; BERNARDI, Luci S. Alfabetização e letramento matemático: falando da matemacia. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, Campo Mourão, PR, v. 11, n. 26, p. 66–82, 2022. DOI:<https://doi.org/10.33871/22385800.2022.11.26.66-82>

LÉTOURNEAU, Jocelyn. **Ferramenta para o pesquisador iniciante**. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fonte, 2011.

MATO GROSSO. **Documento de referência curricular para Mato Grosso: Concepções para Educação Básica**. Cuiabá, 2018a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12IdfeadygzgIyA2FnyYB0tpHZiYSJw9p/view>. Acesso em 15 de junho de 2024.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Ensino Fundamental Anos Finais**. Cuiabá, 2018b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pSppruO-tS9-puiU-IL01llcavKCJye5/view>. Acesso em 15 de junho de 2024.

Submetido em 02/12/2024.

Aprovado em 08/05/2025.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

